

A medicina como elo entre a

# CIÊNCIA e a PRÁTICA

Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

2



A medicina como elo entre a

# CIÊNCIA e a PRÁTICA

Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

2



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirêno de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



## A medicina como elo entre a ciência e a prática 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Benedito Rodrigues da Silva Neto

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M489 A medicina como elo entre a ciência e a prática 2 /  
Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0059-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.592222403>

1. Medicina. 2. Saúde. I. Silva Neto, Benedito  
Rodrigues da (Organizador). II. Título.

CDD 610

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A ciência e a tecnologia são fatores fundamentais para o avanço da sociedade moderna contribuindo de forma geral para o aumento da expectativa de vida das populações uma vez que reduzem a mortalidade por várias doenças, como as infecciosas, facilitam o avanço nos processos de diagnóstico com testes rápidos e mais específicos como os moleculares, propiciam tratamentos específicos com medicamentos mais eficazes, e dentro do contexto atual se apresentam como protagonistas no desenvolvimento de vacinas.

Basicamente, definimos ciência como todo conhecimento que é sistemático, que se baseia em um método organizado, que pode ser conquistado por meio de pesquisas. Deste modo, enquanto a ciência se refere ao conhecimento de processos usados para produzir resultados. A produção científica da área médica tem sido capaz de abrir novas fronteiras do conhecimento pois estabelece o elo necessário entre a ciência e a prática.

Tendo em vista o contexto exposto, apresentamos aqui uma nova proposta literária construída inicialmente de dois volumes, oferecendo ao leitor material de qualidade fundamentado na premissa que compõe o título da obra, isto é, a ponte que interliga a academia, com os conhecimentos teóricos, ao ambiente clínico onde os conhecimentos são colocados em prática.

Assim, salientamos que a disponibilização destes dados através de uma literatura, rigorosamente avaliada, fundamenta a importância de uma comunicação sólida e relevante na área da saúde, portanto a obra “A medicina como elo entre a ciência e a prática - volume 2” proporcionará ao leitor dados e conceitos fundamentados e desenvolvidos em diversas partes do território nacional.

Desejo uma ótima leitura a todos!

Benedito Rodrigues da Silva Neto




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **POST COVID-19 ENCEPHALITIS PRESENTING WITH CEREBELLAR SYNDROME**


Antonio Serpa do Amaral Neto  
Adaucto Wanderley da Nobrega Junior  
Luiz Paulo de Queiroz  
Ylmar Correa Neto  
Eduardo Martins Leal  
Gabriel de Deus Vieira  
Matheus Marquardt  
Marcia Tatsch Cavagnollo  
Ricardo Goes Freitas  
Andre Dias de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224031>

### **CAPÍTULO 2..... 3**

#### **A SAÚDE MENTAL NOS IDOSOS EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**


Ana Raquel Jucá Parente  
Priscila Costa dos Santos  
Lícia Câmara Diógenes Bastos  
Maria Eduarda Matos de Oliveira  
Lara Suzana dos Santos Xavier  
Ariana Ximenes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224032>

### **CAPÍTULO 3..... 5**

#### **SAÚDE MENTAL DA MULHER**


Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224033>

### **CAPÍTULO 4..... 15**

#### **CONCEITO SOBRE INTELIGÊNCIA COMO DETERMINANTE PARA UMA MELHOR SAÚDE MENTAL**


Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224034>

### **CAPÍTULO 5..... 24**

#### **ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Silvio de Melo Scandiuzzi  
Fernanda Novelli Sanfelice

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224035>


### **CAPÍTULO 6..... 27**

#### **ALTERAÇÕES HORMONAIS DAS TÉCNICAS SLEEVE E BYPASS EM CIRURGIA**

## BARIATRICA: PARAMETROS COMPARATIVOS

André Luiz Monteiro dos Santos Marins

Hélio Gondim de Sales

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224036>


## **CAPÍTULO 7..... 33**

### AULAS REMOTAS NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA (PIC): RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Fernanda Novelli Sanfelice

Janaína Benatti de Almeida Oliveira

Renata Prado Bereta Vilela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224037>


## **CAPÍTULO 8..... 37**

### BENEFÍCIOS ASSOCIADOS À SUPLEMENTAÇÃO COM CASTANHAS DO BRASIL (*BERTHOLETTIA EXCELSEA*) SOBRE O RISCO CARDIOVASCULAR E ESTRESSE OXIDATIVO

Leonardo André da Costa Marques

Andressa de Freitas Mendes Dionísio

Gislaine Garcia Pelosi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224038>


## **CAPÍTULO 9..... 46**

### CONSUMO DE CÁLCIO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE

Luiza Scalcon de Oliveira

Kérley Braga Pereira Bento Casaril

Fernando Rodrigo Treco


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5922224039>

## **CAPÍTULO 10..... 56**

### HOSPITALIZAÇÕES COMPULSÓRIAS DE GESTANTES DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS – OITO CASOS EM UM HOSPITAL GERAL COM LEITOS PSIQUIÁTRICOS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

Wagner Luiz Engelmann

Lucas Vinicius Bortoli Debarba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240310>

## **CAPÍTULO 11..... 71**

### IMUNIZAÇÃO VACINAL EM PACIENTES ALÉRGICOS AO OVO DE GALINHA – ARTIGO DE REVISÃO

Julia Vicentini Matielo

Camilly Petri Pereira


Bruno Rizzo Marin

Carol Cotta Dutra

Marcela Bayerl Lourencini

Sophia Bravo Huguinin Légora

Pâmela Pittelkow Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240311>


**CAPÍTULO 12..... 76**

**INFLUÊNCIA DO FATOR AFETIVO ASSOCIADO À TÉCNICA ORIENTAL SOBRE O NÍVEL DE ANSIEDADE, COLABORAÇÃO E FREQUÊNCIA CARDÍACA DE PACIENTES DURANTE CIRURGIAS REFRAATIVAS**

Thaís Stahl de Novais

João Victor Coutinho Calixto

Edmundo José Velasco Martinelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240312>

**CAPÍTULO 13..... 88**

**INTERNAÇÕES DE IDOSOS POR INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - UMA ESTATÍSTICA EVITÁVEL**

Pedro Henrique Lucena Martins

Leticia Carolina Bento e Silva

Pedro Henrique Ataides de Moraes

Sara Veronesi Prearo

Alessandra Lopes Pereira

Camilla Machado Fleury Jubé

Gabriela da Silva Teixeira

Leila Valderes Souza Gattas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240313>

**CAPÍTULO 14..... 96**

**INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE SÍNDROME DE BURNOUT: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Michele Santos da Silva

Ana Beatriz Rodrigues Arruda

Andréia Luíza da Silva Souza


Antonia Juliana de Souza Sá

Deisyane Sousa do Nascimento Silva

Franciane Pereira do Nascimento

Francisco Walisson de Araujo

Iasmim Cunha Maranguape Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240314>

**CAPÍTULO 15..... 104**


**LESÃO IATROGÊNICA DE VIAS BILIARES: MANUAL DE CONDUTAS DO SERVIÇO DE CIRURGIA DE PÂNCREAS E VIAS BILIARES DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNICAMP**

Guilherme Hoverter Callejas

Elinton Adami Chaim

Francisco Callejas Neto

Everton Cazzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240315>

**CAPÍTULO 16..... 123**

**MIEOLOMA MÚLTIPLO: AVANÇOS NO DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DA DOENÇA**

José Vanderli da Silva  
Jackson Henrique Emmanuel de Santana  
Lustarllone Bento de Oliveira  
Melissa Cardoso Deuner  
Juliana Paiva Lins  
Bruno Henrique Dias Gomes  
Raphael da Silva Affonso  
Larissa Leite Barboza  
Felipe Monteiro Lima  
Rosimeire Faria do Carmo  
Grasiely Santos Silva  
Pedro Henrique Veloso Chaves  
Marcela Gomes Rola

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240316>

**CAPÍTULO 17..... 142**

**RELAÇÃO ENTRE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E INSÔNIA EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Kelly Cristina Palma Modesto Guedes  
Valeriane Maia Siravegna Benavides

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240317>

**CAPÍTULO 18..... 151**

**RELATO DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE SÍNDROME DO TÚNEL DO CARPO. PROJETO UDF, ACIDENTES ZERO, 2020**


Manuela Castro de Oliveira  
Júlia Gomes Dias  
Iasmin Helen Santana Rosa  
Fernando Matos Lopes  
Caroline Piske de Azevêdo Mohamed

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240318>

**CAPÍTULO 19..... 159**

**SÍNDROME DE PALLISTER-HALL - RELATO DE CASO**

Jefferson Borges de Oliveira  
Maiévi Liston  
Rodrigo de Faria Martins  
Caroline Berthier Zanin  
Cassiano Eduardo Trindade Goulart

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240319>

**CAPÍTULO 20..... 167**

**TERAPIA BIOLÓGICA NA RETOCOLITE ULCERATIVA: AVALIAÇÃO DA RESPOSTA TERAPÊUTICA À INDUÇÃO DE REMISSÃO E AO FINAL DE 52 SEMANAS DE**

## TRATAMENTO


Ananda Castro Chaves Ale  
Ketlin Batista de Moraes Mendes  
Thayane Vidon Rocha Pereira  
Rodrigo Oliveira de Almeida  
Ana Beatriz da Cruz Lopo de Figueiredo  
Wanderson Assunção Loma  
Mariane de Souza Campos Costa  
Wilson Marques Ramos Júnior  
Aline de Vasconcellos Costa e Sá Storino  
Arlene dos Santos Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240320>

## **CAPÍTULO 21..... 175**

### **ÚLCERA DE MARJOLIN APÓS 50 ANOS EM ÁREA DE PELE TRANSPLANTADA**


Sarah Hulliane Freitas Pinheiro de Paiva  
Jadivan Leite de Oliveira  
Kaique Torres Fernandes  
Luiz Fernando Martins Ferreira  
Lálya Cristina Sarmiento Freitas  
Kássya Mycaela Paulino Silva  
Rafael Leal de Menezes  
Priscila Ferreira Soto  
João Paulo Moraes Medeiros Dias  
Débora Nobre de Queiroz Teixeira  
Evelyn Bueno da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240321>

## **CAPÍTULO 22..... 183**

### **USO DE FITOTERÁPICOS NO TRATAMENTO DA ANSIEDADE**

Edivan Lourenço da Silva Júnior  
Luisa Fernanda Camacho Gonzalez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.59222240322>

## **SOBRE O ORGANIZADOR..... 196**

## **ÍNDICE REMISSIVO..... 197**

## HOSPITALIZAÇÕES COMPULSÓRIAS DE GESTANTES DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS – OITO CASOS EM UM HOSPITAL GERAL COM LEITOS PSIQUIÁTRICOS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

*Data de aceite: 01/03/2022*

*Data de submissão: 10/01/2022*

**Wagner Luiz Engelmann**

Programa de Residência Médica em Psiquiatria  
Alegrete - RS

**Lucas Vinicius Bortoli Debarba**

Programa de Residência Médica em Psiquiatria  
Alegrete - RS

**RESUMO:** O uso de substâncias psicoativas durante a gestação se mostra prejudicial ao recém-nascido e ao longo das fases seguintes de desenvolvimento humano. Tem sido comum o emprego de hospitalizações compulsórias de gestantes usuárias de substâncias psicoativas, visando proteção ao nascituro. Assim, o trabalho teve como objetivo avaliar a hospitalização compulsória como método de proteção ao nascituro em um Hospital Geral com leitos psiquiátricos em Alegrete, no interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de um estudo retrospectivo, cuja base populacional é de oito gestantes (dependentes de múltiplas drogas), sendo um estudo de enfoque transversal, analítico-descritivo. Foram realizadas análises de prontuários e entrevistas com profissionais do Hospital Geral em CAPS AD, que prestavam atendimento à população estudada. O período compreendido para a amostragem foi de junho de 2016 a setembro de 2018. Os dados coletados foram analisados no software Microsoft Excel. Foram revisados oito casos, que correspondem

a 100% da amostra estudada. A média de idade das gestantes se apresenta em 28,375 anos. As gestantes hospitalizadas no primeiro trimestre representaram 0% da amostra (n=0), enquanto no segundo e terceiro trimestre corresponderam a 12,5% (n=1) e 7 (n=7), respectivamente. Em quatro casos (50%), os recém-nascidos foram encaminhados para acolhimento institucional logo após a alta hospitalar, e após três a seis meses da alta em três casos (37,5%) houve adoção fora do contexto familiar. Três neonatos apresentaram baixo peso ao nascer, enquanto cinco tiveram peso dentro da normalidade. Todas as gestantes tiveram recaídas em uso de substâncias psicoativas em um período de até seis meses após o parto. Embora a discussão ética e legal envolvendo a questão possa se estender, o elevado número de casos de peso baixo no nascimento, de presença de doenças sexualmente transmissíveis sem adequado tratamento e a incapacidade, da maior parte dos pais, de manter a guarda do filho, mesmo após a desintoxicação hospitalar, sugere que as hospitalizações compulsórias de gestantes dependentes de múltiplas drogas, quando em uso abusivo frequente seja instrumento legal a ser considerado no manejo destas situações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hospitalizações compulsórias; gestantes; leitos psiquiátricos.

## COMPULSORY HOSPITALIZATIONS OF PREGNANT WOMEN DEPENDENT ON PSYCHOACTIVE SUBSTANCES - EIGHT CASES IN A GENERAL HOSPITAL WITH PSYCHIATRIC BEDS IN THE INTERIOR OF RIO GRANDE DO SUL

**ABSTRACT:** The use of psychoactive substances during pregnancy is harmful to the newborn and throughout the following phases of human development. The use of compulsory hospitalizations of pregnant women using psychoactive substances has been common, aiming at the protection of the unborn child. In this psychiatric unit there have been eight cases in recent years. To evaluate compulsory hospitalization as a method of protection for the unborn child in a General Hospital with psychiatric beds in Alegrete, in the interior of Rio Grande do Sul, Brazil. This is a retrospective study, whose population base is eight pregnant women (dependent on multiple drugs), and a cross-sectional, analytical-descriptive study. Medical records analysis and interviews were performed with professionals from the General Hospital in CAPS AD, who provided care to the population studied. The sampling period involved from June 2016 to September 2018. The collected data were analyzed in the Microsoft Excel software. Eight cases were reviewed, corresponding to 100% of the sample studied. The mean age of pregnant women is 28,375 years. Pregnant women hospitalized in the first trimester represented 0% of the sample (n=0), while in the second and third trimesters they corresponded to 12.5% (n=1) and 7 (n=7), respectively. In four cases (50%), the newborns were referred to institutional reception soon after hospital discharge, and after three to six months of discharge in three cases (37.5%) there was adoption outside the family context. Three neonates had low birth weight, while five had normal weight. All pregnant women relapsed using psychoactive substances in a period of up to six months after delivery. Although the ethical and legal discussion involving the issue may extend, the high number of cases of low birth weight, the presence of sexually transmitted diseases without adequate treatment and the inability of most parents to keep custody of their child, even after hospital detoxification, suggests that compulsory hospitalizations of pregnant women dependent on multiple drugs, when frequent abuse is a legal instrument to be considered in the management of these situations.

**KEYWORDS:** Compulsory hospitalizations; pregnant women; psychiatric beds.

### 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, a sociedade brasileira tem vivenciado um aumento no consumo de drogas, sendo esta situação considerada como um grave e complexo problema de saúde pública, em vista dos modelos e estratégias de intervenção que são adotados.

Diante do uso de substâncias psicoativas, cresce o consumo entre o gênero feminino, e entre este grupo, as gestantes surgem como motivo de preocupação para a área de saúde, embora não sendo este evento algo novo na sociedade, mas condição que acentua as consequências em âmbito familiar e em afetar a vida do nascituro.

Ao longo das últimas décadas se tem observado um aumento no consumo de substâncias psicoativas entre as mulheres, a maioria delas em plena idade reprodutiva. Como consequência, o consumo de álcool e de outras drogas durante a gestação também tem aumentado.

O uso de substâncias psicoativas durante a gestação propicia a presença de um risco maior de existência de diversas complicações obstétricas e perinatais. É de se esperar, ainda, que as substâncias consumidas pela mãe durante a fase puerperal sejam transferidas ao recém-nascido pela lactação. Isso provoca a exposição das crianças aos efeitos negativos destas substâncias, segundo se verifica na exposição de Laranjeira (2011).

Parece ser necessária, portanto, a adoção de medidas para proteção do nascituro. O presente estudo objetiva compilar dados referentes a oito casos de hospitalização compulsória ocorridos no Hospital da Santa Casa de Caridade de Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil, de gestantes pré-contemplativas usuárias de múltiplas drogas, em um período de 28 meses, entre 2016 e 2018, de modo a embasar possíveis discussões psiquiátricas e forenses, bem como de aspectos éticos e legais relativos à questão.

De forma geral, em um contexto histórico e contínuo, conforme se verifica nos registros da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, as pessoas que sofrem transtornos mentais passam por uma ausência de cuidados, indicando a necessidade de reversão de modelos assistenciais, que envolvam estas necessidades, especialmente em inserir tais pessoas contemplando o atendimento ao direito de cada cidadão. Por meio desta lógica se integram as pessoas que, por motivos diversos, se encontram como usuárias de substâncias psicoativas, especialmente, as mulheres em condição de gestação, foco de abordagem deste estudo.

O Brasil, a partir de 1990, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo este regulamentado pela Lei nº 8080, cujo foco se destina a promoção de maior qualidade de vida para a população, de forma que se tem o intuito de garantir o acesso de todos a uma assistência integral e equitativa à saúde.

Por meio de leis, este sistema foi organizado em busca de fazer cumprir o mandamento constitucional de dispor legalmente a proteção e a defesa da saúde. Em 2001, a Lei nº 10.216 foi editada e essa passou a ser considerada como marco legal da Reforma Psiquiátrica, uma vez que propicia a exposição das diretrizes básicas para o atendimento aos usuários de serviços de saúde mental, conseqüentemente, sendo inseridos todos os que sofrem por transtornos decorrentes de consumo de álcool e demais substâncias, valorizando a descentralização de um modelo de atendimento, propiciando a estruturação de serviços mais próximos de um convívio social, tendo por objetivo ajustar as ações às necessidades da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

O enfoque deste estudo se centra em avaliar a eficácia da hospitalização compulsória de gestantes dependentes de múltiplas substâncias psicoativas, tendo como finalidade a proteção destinada ao nascituro e para a própria gestante.

Diante deste enfoque, o texto apresenta uma discussão que envolve a condição da dependência de múltiplas substâncias psicoativas e o tratamento que se dispensa para estas pessoas, bem como o fundamento que propicia ao profissional médico a devida



condição ética e legal em direcionar o cuidado tanto para esta gestante, como para a proteção do nascituro, avaliando alguns dos aspectos que são identificados nesta criança, como consequência desta condição de dependência da mãe, bem como os demais reflexos que envolvem condições físicas e sociais para esta criança. Dessa forma, este estudo expõe os dados de análise de oito gestantes, usuárias de múltiplas drogas, avaliando os reflexos desta situação para os recém-nascidos.

De forma geral, a dependência de substâncias psicoativas, comumente denominadas de drogas, tem sido classificada entre os transtornos psiquiátricos, envolvendo a condição de doença crônica que acompanha o indivíduo ao longo da vida, embora possa ser condição tratada e controlada, em busca da redução de sintomas, por meio de períodos que propiciam controle da sintomatologia, bem como em período em que ocorra o retorno ou a denominada recaída em uso das drogas (AGUILAR e PILLON, 2005).

## 2 | SITUAÇÃO DE ESTUDO

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), a prioridade da política de enfoque de proteção para a saúde está em propiciar cuidados para os cidadãos em realização de atendimentos em modalidade intensiva ou semi-intensiva, por meio de atividades terapêuticas e preventivas, bem como oferta de tratamentos personalizados, quando possível, além de proporcionar condições de repouso e de desintoxicação ambulatoriais, buscando sempre a reabilitação destes indivíduos ao meio social.

Dessa forma, estudar e analisar o tratamento destinado para gestantes dependentes de múltiplas substâncias psicoativas e os efeitos que esta condição leva ao nascituro surge como relevante neste contexto, especialmente, por se tratar de um estudo desenvolvido em um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

A condição de dependência de drogas afeta todo o contexto familiar, especialmente, em condição da gestação, em que há uma fragilização dos membros deste grupo familiar, levando a conflitos em relações e consequências desastrosas em âmbito de saúde para o nascituro, bem como a sua condição de vida futura.

Segundo exposição de Orth e Moré (2008), a família como um todo sofre com a condição da dependência de um de seus membros, não existindo um consenso acerca dos motivos ou mesmo das causas que propiciam a dependência, mas o tratamento a este indivíduo destinado deve envolver a família, uma vez que este sujeito afetado pode representar um sintoma do sistema familiar.

O estudo desenvolvido toma como base o fato de que a dependência química de substâncias psicoativas, bem como álcool ou demais drogas químicas se apresenta como um problema enorme que afeta a saúde pública, bem como famílias de todas as classes sociais, de forma que entender os efeitos, que esta situação apresenta, envolve compreender que a situação é de difícil solução, justamente em um mundo no qual a sociedade tem cada

vez mais apresentado falta de valores, fato que se verifica em gestantes que não cuidam do próprio corpo e muito menos das crianças em desenvolvimento, o que leva o Estado a atuar.

Dessa forma, o emprego de métodos para proteção do nascituro de mães dependentes de múltiplas drogas se mostra necessário, dados os riscos potenciais do uso de substâncias psicoativas ao adequado desenvolvimento intrauterino.

Acrescenta-se a esta necessidade de cuidado o fato de que o uso de múltiplas drogas se associa com variadas doenças, inclusive aquelas sexualmente transmissíveis, que podem ser transmitidas por via vertical da mãe para o filho.

A aplicação da internação compulsória é ainda tema divergente, e mesmo não sendo foco específico de discussão deste estudo, se faz necessário traçar alguns dos aspectos que envolvem esta temática, tendo em vista que é recurso para uma situação que, muitas vezes, envolve condição sem possibilidade de resolução imediata, especialmente, quando o dependente não se apresenta apto a compreender a sua real condição, ou mesmo quando a sua condição afeta a vida do nascituro, estando em momento vulnerável, mas sem aceitar a internação para desintoxicação.

Diante de tema amplo, o enfoque deste estudo expressa que o Estado, por meio da atuação da equipe de saúde, precisa avaliar a condição da gestante, observando a situação de retirar desta um direito em abstenção de um bem maior, ou seja, restringe-se a liberdade por meio da internação, em busca de propiciar a garantia de vida para o nascituro.

O texto constitucional de 1988 trouxe para a sociedade brasileira uma inovação em defesa do ser humano, proporcionando um grupo de direitos, mesmo que estes sejam entendidos como inerentes ao indivíduo, mas sendo passíveis de proteção legal.

Entre estes direitos elencados constitucionalmente se identifica o direito à vida, recebendo o termo vida, etimologicamente, inúmeras conceituações, embora de forma dicionarizada possam ser identificados três aspectos, como: a) atividade interna substancial, por meio da qual atua o ser em que existe; b) duração das coisas, existência; c) espaço de tempo em que se mantém a organização dos seres viventes.

Independentemente da definição aplicada para o direito à vida, este é o primeiro dos direitos considerados naturais, tendo um caráter inviolável, intemporal e universal, expresso pelo artigo 5º do texto Constitucional, em que se garante a inviolabilidade do direito à vida.

Ao lado deste enfoque, o Brasil ainda adota como signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o entendimento expresso pelo artigo 4, 1 deste documento, em que se verifica o registro de que: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.”

Diante deste aspecto legal, é possível compreender que existe responsabilidade social em assegurar o direito à vida, bem como em ser esta considerada como vida digna em ter as necessidades vitais básicas do ser humano asseguradas, o que impede um

tratamento indigno.

Segundo se identifica em exposição de Delgado (2016), o direito à vida é tutelado pelo ordenamento jurídico, razão pela qual outros direitos a este se associam em função da proteção que propicia para os demais planos do ordenamento civil, penal, constitucional, internacional. Assim, o direito à vida se apresenta como condição essencial para a existência de outros direitos, desenvolvendo-se a concepção da supremacia da vida humana, que também deve ser vista como digna.

Conforme se identifica em registros da Organização Mundial de Saúde (OMS), a dependência química pode ser entendida como o: “estado psíquico e algumas vezes físico resultante da interação entre um organismo vivo e uma substância, caracterizado por modificações de comportamento e outras reações que sempre incluem o impulso a utilizar a substância de modo contínuo ou periódico com a finalidade de experimentar seus efeitos psíquicos e, algumas vezes, de evitar o desconforto da privação”.

Conforme dados expostos por Laranjeira (2011), se tem observado um aumento no consumo de drogas entre as mulheres, a maioria delas em plena idade reprodutiva, tendo como consequência o aumento da identificação de consumo de álcool e de outras drogas durante a gestação. Para agravar o quadro, o mesmo autor acima citado expõe que entre 24 e 63% das gestantes, que usam drogas, negam esta situação levando a importante dificuldade na obtenção de dados confiáveis. Ainda, o contexto socioeconômico prejudicado é forte fator para o consumo de drogas na gestação.

Segundo Laranjeira (2011), a placenta não oferece proteção fetal às substâncias de uso mais comum no Brasil. Dessa forma, na maioria dos casos, em até uma hora, o feto atinge níveis séricos próximos aos da mãe.

Dessa forma, há claro risco teratogênico oferecido pelo consumo destas substâncias durante a gravidez. Isso é válido tanto para as substâncias lipofílicas quanto para a cocaína que é hidrofílica, o que lhe confere propriedade de atingir níveis na circulação placentária até mesmo maiores do que os maternos em razão da retenção na membrana coriônica (ABDALA FILHO, 2016).

Nesse sentido, relevante o registro de que o uso de substâncias psicoativas durante a gestação oferece um risco de diversas complicações obstétricas e perinatais. Entre as obstétricas, podem ser citadas complicações, como: prematuridade, retardo de crescimento intrauterino, ruptura prematura de membranas, trabalho de parto prematuro, placenta prévia e abortamento espontâneo. Já entre as principais complicações perinatais podem ser destacadas as condições de baixo peso ao nascer, síndrome da morte perinatal súbita, asma, redução da circunferência craniana, desenvolvimento intelectual abaixo do normal, infecções de vias respiratórias, entre outros, de acordo com registros encontrados por estudos de Moura (2016).

É de se esperar, ainda, que as substâncias consumidas pela mãe durante a fase puerperal sejam transferidas ao recém-nascido pela lactação e esta condição provoca a

exposição das crianças aos efeitos negativos destas substâncias (MOURA, 2016). Assim, parece ser necessária, portanto, a adoção de medidas para proteção do nascituro.

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo prospectivo e retrospectivo, cujo objetivo se direciona a identificar e avaliar oito casos de hospitalizações compulsórias de gestantes dependentes de múltiplas drogas, em um Hospital Geral, com leitos psiquiátricos, no interior do Sul do Brasil, em um período de 28 meses, de junho de 2016 a setembro de 2018.

A população estudada envolve gestantes dependentes químicas, pré-contemplativas, hospitalizadas compulsoriamente por uso abusivo de substâncias psicoativas.

A coleta dos dados foi realizada por meio de profissionais médicos residentes do terceiro ano de psiquiatria, através de prontuários e entrevistas com profissionais envolvidos no Hospital da Santa Casa de Caridade de Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil, e do único CAPS AD da mesma cidade.

### 4 | ANÁLISE DE RESULTADOS

Por se tratar de um estudo realizado de maneira retrospectiva em um Hospital que não é Hospital-Escola, alguns dados importantes não puderam ser coletados conforme a expectativa. Entre estes podem ser destacados a paridade, que da amostra total houve dados concretos relativos à paridade de três gestantes, tendo uma destas relatado surpreendentes oito gestações prévias, estando recém com 29 anos de idade.

Das oito gestações acompanhadas, sete tiveram termo via parto cesariano, e apenas uma em parto normal. Três gestantes tiveram realização de laqueadura tubária na ocasião do parto.

Uma vez que o objeto de estudo envolve usuários de múltiplas substâncias, cabe salientar que apenas uma das oito gestantes componentes do estudo não fazia uso de crack, apenas álcool e tabaco, tendo como fator complicador de seu quadro o diagnóstico prévio de esquizofrenia, sendo a única com algum diagnóstico dentro deste espectro. As outras sete pessoas da amostra faziam uso de crack em associação com outras drogas, especialmente álcool e tabaco. Duas associavam ainda ao crack, o tabaco e o álcool, bem como o uso de cannabis.

Dos oito recém-nascidos, todos os que tiveram parto prematuro, ou seja, metade da amostra apresentou perímetro cefálico abaixo de 33 cm, considerado abaixo do ideal para um bebê nascido a termo. Por outro lado, todos os demais nascidos a termo (quatro) tiveram perímetro cefálico considerado normal.

De acordo com os registros de pesquisa, pode-se expor o fato de que apenas duas gestantes não apresentavam hospitalizações prévias para desintoxicação. Duas já tinham

sido internadas uma vez, três gestantes, respectivamente, 2, 3 e 5 vezes, e uma delas teve 13 hospitalizações psiquiátricas prévias, todas a partir de 2014 e na mesma Instituição. Esta última propicia compreensão de que há um insucesso terapêutico do atual modelo assistencial, caracterizado pela chamada “porta giratória”.

Este fenômeno denominado de porta giratória, conforme exposto por Santos (2007), é decorrente do sistema de saúde e atendimento direcionado para pacientes psiquiátricos, levando a condição de que o mesmo paciente repete muitas internações, o que leva ao uso da metáfora de aplicação da porta giratória, uma vez que entra e sai da instituição sem que seja devidamente resolvida sua situação, implicando em possível questionamento do sistema que se tem aplicado, visto não surtir resultados nem curativos e muito menos de reabilitação.

Com base nesta condição, registra-se que todas as gestantes apresentaram recaídas no uso de substâncias psicoativas em um período de até seis meses após o parto.

Das oito pacientes, o número de gestantes hospitalizadas a partir do primeiro trimestre foi de 0, enquanto 1 (12,5%) e 7 (87,5%) no segundo e terceiro trimestres, respectivamente.

Das oito gestações acompanhadas, sete tiveram termo via parto cesariano, e apenas uma por meio de parto normal.

Das oito gestantes avaliadas, duas estiveram hospitalizadas por menos de 45 dias, sendo o menor período encontrado de 20 dias. Três estiveram internadas entre 46 e 90 dias, e três por mais de 90 dias, sendo de 190 dias a maior permanência.

Em relação ao aspecto que envolve a faixa etária das gestantes integrantes deste estudo, é possível verificar que estão dentro de uma faixa considerada como de idade fértil, corroborando os demais estudos já expostos, demonstrando que mesmo em uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, as estatísticas em levantamentos de estudos sobre população que tem sido afetada pelo uso de drogas se mantém.

A variação de idade dos indivíduos incluídos no estudo foi de 23 a 34 anos. O total de pacientes incluídos no estudo foi oito, sendo deste total, representavam idades entre 18 e 22 anos e 3 pacientes (37,5%) estavam entre 23 e 28 anos e cinco pacientes (62,5%) possuíam entre 29 e 34 anos.

Tendo em vista o cuidado com o recém-nascido, especialmente, por serem crianças que vivenciaram a condição de uma gestação em que sofreram a influência de substâncias psicoativas, os gráficos 3 e 4 demonstram o índice Apgar dos recém-nascidos destas gestantes usuárias de múltiplas substâncias psicoativas.

O índice de Apgar encontrado em cada recém-nascido no primeiro minuto foi 4 em 1 caso, 6 em 2 casos, 7 em 1 caso, 8 em 3 casos e 9 em 1 caso.

O índice de Apgar encontrado em cada recém-nascido no quinto minuto após o nascimento foi de 8 em 2 (25%) casos, 9 em 5 casos (62,5%) e 10 em 1 caso (12,5%).

Um dos aspectos que se mostra como condição para o devido cuidado de

gestantes dependentes de substâncias psicoativas, ou seja, um parto prematuro, condição identificada em metade das gestantes deste estudo, tendo em vista que houve necessidade de realização do parto em período menor do que seria o de uma gestação a termo em 40 semanas, uma vez que nenhuma das gestantes ultrapassou o período de 38 semanas.

Do total de oito neonatos, quatro podem ser considerados prematuros, e os outros quatro tiveram prazo considerado normal de gestação. Um dos bebês nasceu na 31ª semana de gestação, dois na 35ª semana, outro na 36ª semana e os quatro restantes na 38ª semana de gestação.

Do total de oito neonatos, três apresentaram baixo peso ao nascer, sendo entre 2 a 2,5kg, e cinco tiveram peso normal, entre 2,5 e 4kg, e nenhum teve muito baixo peso ao nascer, ou seja, abaixo de 2kg.

Do total de oito pacientes, apenas uma gestante realizou acompanhamento pré-natal previamente à hospitalização, sendo este acompanhamento descrito como irregular. As outras sete gestantes não participaram de qualquer acompanhamento gestacional prévio.

Esta falta de acompanhamento pré-natal também demonstra a fragilidade de usuárias de substâncias psicoativas, sendo mais um argumento para que uma equipe de saúde realize monitoramento destas usuárias em aplicação de cuidados de saúde, uma vez que perdem a noção de cuidados pessoais, bem como para com o nascituro.

Tendo em vista diversos estudos sobre a presença de doenças sexualmente transmissíveis em usuários de drogas, a falta de um acompanhamento pré-natal poderia levar a inúmeras complicações como já exposto. Dessa forma, o gráfico 5 expressa a presença ou não de sífilis e outras doenças sexualmente transmissíveis, uma vez que o estudo desenvolvido apenas pode constatar estes registros.

Das oito gestantes avaliadas, quatro apresentaram VDRL positivo e quatro negativos. Nenhuma teve testagem positiva para HIV ou HBSAg, e apenas uma testou positivo para Anti-HCV.

## **5 | DA REPERCUSSÃO NA GUARDA MATERNA OU ADOÇÃO**

Em relação ao destino imediato dos recém-nascidos após alta hospitalar foi possível registrar a predominância no acolhimento institucional, com quatro casos, metade da amostra. Familiares colaterais de 2º grau obtiveram tutela em dois casos, 25% da amostra, enquanto familiares colaterais de 3º grau e por afinidade de 1º grau em um caso cada, correspondendo a 12,5% dos casos.

Após o período compreendido entre 3 e 6 meses da alta dos recém-nascidos do hospital, o dado mais expressivo está na perda da guarda dentro do contexto familiar, com três casos de adoção, 37,5%, dois casos de retomada de guarda pelos genitores, 25%, duas tutelas concedidas para familiares colaterais de segundo grau e um para familiar por afinidade de 1º grau, 12,5%.

A hospitalização compulsória para desintoxicação se apresenta a partir da ideia de proteção do binômio mãe-filho. Especialmente o nascituro, que não pode apresentar defesa ou tomar decisões perante sua própria vida, assim merece atenção da Justiça e da Saúde Pública. O artigo 227, caput, da Constituição Federal estabelece:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Questionamentos podem surgir, tanto relativos à eficácia do método quanto à viabilidade legal da prática. Por este motivo, estudos que compilem dados em diferentes locais e realidades parecerem necessários para um mínimo e adequado embasamento dos juristas e profissionais da saúde na tomada de decisões. Este estudo apresenta dados relativos à hospitalização de oito gestantes em leitos psiquiátricos, em um hospital geral, no interior do Rio Grande do Sul, no município de Alegrete.

Não sendo um Hospital-Escola, a coleta de dados teve algum prejuízo por conta da não sistematização do registro de prontuários. Dados como a paridade de cada gestante não foram suficientemente localizados para que pudessem contribuir com este estudo. Outros dados, porém, chamaram a atenção e são expostos.

Entre as gestantes, integrantes deste estudo, foi possível verificar que em quatro casos, metade da amostragem ocorreu o parto em período de prematuridade, tendo todos os quatro recém-nascidos menos de 33 cm de perímetro cefálico, que seria o mínimo considerado adequado para um bebê nascido a termo. A prematuridade, por si, é a maior causa de internação em UTI neonatal, respondendo também pelo aumento na morbidade e mortalidade. Três recém-nascidos apresentaram, ainda, baixo peso ao nascer, enquanto cinco tiveram peso considerado dentro da normalidade.

Todas as gestantes foram identificadas como dependentes de múltiplas drogas, sendo o grupo de estudo compostos por oito gestantes, em que sete faziam uso de crack em associação com outras drogas, especialmente tabaco, álcool e cannabis, enquanto a única que não consumia crack era dependente de álcool e tabaco, tendo o fator complicador de um diagnóstico prévio de esquizofrenia.

Segundo Laranjeira (2011), as características físicas e químicas das principais drogas consumidas no Brasil permitem que estas substâncias atravessem a barreira placentária e cheguem ao feto, prejudicando-o.

Fajemirokun e colaboradores (2004) citaram trabalho de parto prematuro, placenta prévia, abortamento espontâneo e retardo de crescimento intrauterino como as mais importantes complicações relacionadas ao uso de cocaína na gestação. Em uma meta-análise, Addis e colaboradores (2001) concluíram que os efeitos obstétricos que podem

ser atribuídos, sem dúvida, à cocaína são apenas placenta prévia e ruptura prematura de membranas. Com relação às outras complicações, em alguns estudos analisados na meta-análise não foi possível separar o efeito da cocaína do de outras drogas.

Em relação ao abuso de álcool durante a gestação, Laranjeira (2011) cita a Síndrome Alcólica Fetal como a expressão máxima do que de negativo pode ocorrer. Esta síndrome se caracteriza por retardo do crescimento, mesmo com dieta adequada, características faciais típicas, como prega epicântica, hipoplasia maxilar, fendas palpebrais estreitas, lábio superior fino, e por disfunções no sistema nervoso central, incluindo microcefalia e retardo no desenvolvimento neuropsicomotor.

Bauer e colaboradores (2002) detectaram em gestantes usuárias de cocaína uma prevalência significativamente maior de DSTs, AIDS e hepatites, bem como exposição maior à violência, sobretudo, àquela ocorrida dentro de suas próprias casas. De fato, quatro das oito gestantes avaliadas no presente trabalho apresentavam VDRL positivo para sífilis. Ainda, apenas uma gestante tinha consulta de acompanhamento pré-natal, embora descrito como irregular, e as outras sete não haviam procurado qualquer serviço de saúde até o momento da internação.

Apenas duas pacientes não tinham histórico de hospitalizações prévias para desintoxicação e uma delas esteve internada outras treze vezes antes desta em questão, demonstrando o efeito da porta giratória, o que propicia questionar a forma como tem sido realizado o atendimento para esta população de dependentes de substâncias psicoativas.

Todas as gestantes apresentaram alguma recaída no uso de substâncias em um período de até seis meses após a alta hospitalar. Isso demonstra um importante insucesso no mecanismo atual de desintoxicação em vigor no Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se do que tem sido chamado de “porta-giratória”, quando pacientes são hospitalizados repetidamente para desintoxicação sem grandes benefícios posteriores, que não secundários. Entende-se, também, que a condição pré-contemplativa e o caráter não voluntário da hospitalização contribui para resultados posteriores pouco satisfatórios.

A baixa ocorrência de partos normais, apenas um contra sete cesarianos, provavelmente, se explica pelos fatores de risco gestacionais considerados para substâncias como a cocaína/crack, que têm efeito vasoconstritor, podendo levar a hipertensão arterial.

Tendo apenas uma gestante sido hospitalizada no segundo trimestre gestacional e as sete outras no terceiro trimestre, percebe-se uma lacuna importante no cuidado, que ocorreu, como regra, de maneira tardia.

## 6 | CONCLUSÃO

Com base nas exposições apresentadas é possível concluir que a discussão da dependência de substâncias psicoativas, na atualidade, envolve o processo saúde e doença, uma vez que em termos conceituais estes aspectos se relacionam com a saúde



mental de um indivíduo, não deixando de entender que a questão do consumo de tais substâncias se associa, ainda, com diversos e múltiplos aspectos que permeiam a vida de cada ser humano.

Entretanto, em uma perspectiva histórica, ao longo das últimas décadas, o consumo de substâncias psicoativas assumiu proporções alarmantes e passou a ser entendido como um complexo problema que se relaciona com a saúde pública, a qual exige definição de intervenções particulares.

No entanto, abordar a questão de dependência de uso de substâncias psicoativas envolve também tratar do indivíduo de forma integral, levando a uma perspectiva de que o tratamento em intervenção desta condição visa promoção da saúde com foco em redução deste consumo, mas a realidade tem demonstrado que o grupo feminino tem aumentado em consumo, bem como em menor faixa etária que propicia com que ocorram gestações que acabam sendo consideradas como de risco, tendo em vista a falta de cuidado destas mulheres para consigo mesmas e, especialmente, para com o nascituro.

Dessa forma, os dados expostos ao longo desta discussão, permitem explicitar que há uma percepção de elevado risco de anormalidades significativas no desenvolvimento de bebês que são fruto de gestações regadas a drogas lícitas e ilícitas, caso de todos os indivíduos considerados para este estudo.

A suspensão do uso destas substâncias mediante hospitalização compulsória se configura, portanto, como fator de proteção para diversas alterações na saúde global de crianças que são foco de proteção especial, uma vez que constitucionalmente se deve resguardar o direito à vida, sendo esta condizentemente digna. Assim parece que legalmente prevalece proteção da saúde fetal, em detrimento à suposta liberdade materna, que seria a permissão pelo Estado e seus departamentos de Justiça e Saúde à mãe para prosseguir com uso abusivo de substâncias durante a gestação.

O aspecto da internação compulsória destas mulheres demonstra que mesmo sob o suporte da legislação, compete ao profissional da área de saúde, em uma abordagem multidisciplinar, a avaliação de cada caso em busca de propiciar a garantia de vida, sem que se deixe de aplicar os direitos da dependente enquanto indivíduo, da mesma forma que seja envolvida em uma família e contexto social.

Incontestável expor que a dependência de drogas surge como um problema social, tendo em vista os reflexos que propicia não apenas para o indivíduo, mas para a família deste e, especialmente no caso de gestantes, as consequências que são percebidas para o nascituro, além das condições sociais que esta nova criança enfrenta, visto que da amostra deste estudo se verificou que na totalidade ocorreu intervenção de terceiros para que esta nova vida pudesse se desenvolver.

Assim sendo, este estudo demonstra que mesmo diante de polêmica legal ou mesmo ética, a internação compulsória de gestantes dependentes de substâncias psicoativas passa a ser resolução como recurso para o cuidado da gestante e, especialmente, do

nascituro em resguardar a vida, tendo em vista que a saúde também é direito fundamental a ser respeitado e amplamente garantido pelo Estado.

Dentro deste enfoque, embora não se tivesse intenção de discussão deste enfoque em âmbito legal, este surge à luz da Constituição do Brasil em respeitar o direito à vida em combinação com o princípio da dignidade humana, por meio do qual a internação decorre de meio para garantir tanto para a gestante como para o nascituro e a família destes a dignidade de um cuidado para a vida e saúde, diante de um mal – consumo de drogas – que tem assolado a adoecido uma sociedade.

## REFERÊNCIAS

A política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas/ Série B. **Textos básicos de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns\\_alcool\\_drogas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf)>. Acesso em 26 de dez de 2018.

ABDALLA FILHO, Elias. **Psiquiatria forense de Taborda** [recurso eletrônico] / Elias Abdalla-Filho, Miguel Chalub, Lisieux E. de Borba Telles. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016. Disponível em file:///C:/Users/Karin/Documents/DOCUMENTOS%202018/Revis%C3%B5es%20extras/Wagner/kupdf.net\_psiquiatria-forense-de-taborda.pdf Acesso em 26 de dez 2018.

ABREU FERREIRA, Pablo Henrique de. A constitucionalidade da internação compulsória dos usuários dependentes químicos de drogas. 2013. Monografia. Direito – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em <https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2342/2/Pablo%20Henrique%20de%20Abreu%20Ferreira.pdf> Acesso em 27 de dez de 2018.

ADDIS A, Moretti ME, Ahmed Syed F, Einarson TR, Koren G. Fetal effects of cocaine: an updated meta-analysis. *Reprod Toxicol*. 2001 ;15(4):341-69. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed?term=11489591> Acesso em 26 de dez de 2018.

AGUILAR, L. R., & PILLON, S. C. (2005). Percepción de tentaciones de uso de drogas en personas que reciben tratamiento. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13, 790-797 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692005000700005&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692005000700005&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em 26 de dez de 2018.

ANDRADE, Tarcísio M. **Reflexões sobre Políticas de Drogas no Brasil**. Publicado em 2011. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011001300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001300015)> Acesso em 28 de dez 2018.

BAUER CR, Shankaran S, Bada HS, Lester B, Wright LL, Krause-Steinrauf H, et al. **The maternal lifestyle study**: drug exposure during pregnancy and short-term maternal outcomes. *Am J Obstet Gynecol*. 2002;186(3):487-95. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11904612> Acessado em 26 de dez de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 26 de dez de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**/Ministério da Saúde. 2.ed. rev. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em [http://bvsvms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/politica\\_ministerio\\_saude\\_atencao\\_integral\\_usuarios\\_alcool\\_drogas.pdf](http://bvsvms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/politica_ministerio_saude_atencao_integral_usuarios_alcool_drogas.pdf) Acesso em 26 de dez de 2018.

Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. **Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm)> Acesso em: 27 de dez 2018.

DELGADO, Luiz M. **Direito à Vida**. Disponível em:< <http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leisjurisprudencia/60/artigo215399-1.asp>> Acesso em: 26 de dez de 2018.

DIEHL A, Cordeiro DC, LARANJEIRA R, organizadores. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed; 2011. Disponível em [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Tratamento%20da%20depend%C3%Aancia%20qu%C3%ADmica%20conceitos%20e%20abordagens%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Tratamento%20da%20depend%C3%Aancia%20qu%C3%ADmica%20conceitos%20e%20abordagens%20(2015).pdf) Acesso em 26 de dez de 2018.

FAJEMIROKUN-ODUDEVI O, Lindow SW. **Obstetric implications of cocaine use in pregnancy: a literature review**. Eur J Obstet Gynecol Reprod Biol. 2004; 112(1):2-8. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/8948521\\_Obstetric\\_implications\\_of\\_cocaine\\_use\\_in\\_pregnancy\\_A\\_literature\\_review](https://www.researchgate.net/publication/8948521_Obstetric_implications_of_cocaine_use_in_pregnancy_A_literature_review) Acesso em 26 de dez de 2018.

FERREIRA, Pablo H. d. A. **A Constitucionalidade da Internação Compulsória dos Usuários Dependentes Químicos de Drogas**. Disponível em:<<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2342/1/Pablo%20Henrique%20de%20Abreu%20Ferreira.pdf>> Acesso em 27 de dez de 2018.

FRANCO, Sandra. **A Internação Compulsória de Dependentes Químicos é Eficaz?** Disponível:< <http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/118/sumario.asp>> Acesso em 26 de dez de 2018.

LARANJEIRA, R. Bases para uma política de tratamento dos problemas relacionados a álcool e outras drogas no Estado de São Paulo. **Jornal Brasileiro de psiquiatria**. V.45.n.4.p.191-199. 26 (55):293-303. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2013000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2013000400002) Acesso em 26 dez de 2018.

LARANJEIRA, R. ROMANO, M. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=1516-444620040005](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=1516-444620040005) Acesso em 26 de dez 2018.

Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm)> Acesso em 27 de dez de 2018

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)> Acesso em: 27 de dez 2018

MOURA, Lorena Rafael de Oliveira, Os riscos da prematuridade para o desenvolvimento dos recém-nascidos pré-termo e a importância da estimulação precoce na UTI neonatal. Disponível em: <https://interfisio.com.br/os-riscos-da-prematuridade-para-o-desenvolvimento-dos-recem-nascidos-pre-termo-e-a-importancia-da-estimulacao-precoce-na-uti-neonatal/> Acesso em 26 de dez 2018.

NATIONAL INSTITUTE ON DRUG ABUSE. **Principles of Drug Addiction Treatment: A Research Based Guide (Second Edition)**, 2009. Disponível em: <<http://www.drugabuse.gov/PODAT/PODATIndex.html>>. Acesso em: 26 de dez. de 2018.

**O DIA.** Mulheres são 20% dos viciados da cracolândia. Disponível em:< <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-09-08/mulheres-sao-20-dos-viciados-das-cracolandias.html>> Acesso em 27 de dez de 2018.

ORTH, A.P.S.; MORÉ, C.L.O. 2008. O funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. **Psicologia Argumento**,

SANTOS, Raquel dos. Porta giratória: conceito e ocorrência nas internações psiquiátricas em Ribeirão Preto, 2007. Disponível em <http://pgsm.fmrp.usp.br/wp-content/uploads/2011/11/DOCTORADO-RAQUEL-DOS-SANTOS.pdf> Acesso em 26 de dez 2018.

**Tratamento da dependência química:** conceitos e abordagens. Confederação Nacional de Municípios – CNM – Brasília: CNM, 2015. Disponível em [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Tratamento%20da%20depend%C3%Aancia%20qu%C3%ADmica%20conceitos%20e%20abordagens%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Tratamento%20da%20depend%C3%Aancia%20qu%C3%ADmica%20conceitos%20e%20abordagens%20(2015).pdf) Acesso em 26 de dez de 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 9, 24, 56, 64  
Alimentos 21, 30, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54  
Analgesia 77, 78, 79  
Apoio afetivo 76, 77, 86  
Autismo 142, 146  
Avaliação de risco 176, 180

### B

*Bertholettia excelsea* 37, 38  
Bypass Gástrico em Y de Roux 27

### C

Cálculos Biliares 104  
Cirurgia Bariátrica 27, 28, 29, 30, 31, 32  
Cirurgia refrativa 76, 77, 78, 79, 86  
Colangite 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 170  
Colecistectomia 104, 108, 110, 113, 115, 117  
Colestase 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117  
Comunicação Síncrona 33  
Conforto 77, 79, 153  
Covid-19 1, 2, 3, 4, 13, 33, 34, 35, 98, 102, 154, 155, 194

### D

Desenvolvimento típico 142, 146  
Diagnóstico 11, 46, 49, 50, 55, 62, 65, 72, 73, 74, 105, 108, 109, 110, 115, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 138, 140, 146, 147, 149, 154, 159, 161, 165, 168, 170, 174, 177, 178, 187, 192  
Dieta 11, 12, 21, 37, 41, 42, 43, 46, 50, 51, 52, 66  
Doença iatrogênica 104  
Doença inflamatória intestinal 168, 173  
Doenças cardiovasculares 8, 10, 11, 28, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

### E

Educação em saúde 3, 90, 95, 99, 101

Enfermeiros 97, 98, 102, 103

Ensino Superior 33, 99

Estresse oxidativo 37, 39, 40, 42

## **F**

Formação Médica 33, 34

## **G**

Gamopatia monoclonal 124, 126

Geriatrica 3, 43, 95

Gestantes 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 183, 189, 190, 191

Guideline 104, 149, 176, 180

## **H**

Hospitalizações compulsórias 56, 62

## **I**

Imunização 71, 72, 73

Infecções sexualmente transmissíveis 88, 89, 91, 94, 95

Internação Hospitalar 89

Intervenção 28, 57, 67, 96, 99, 100, 101, 105, 151, 152, 153, 155, 157, 173

## **L**

Leitos psiquiátricos 56, 62, 65

## **M**

Malignidade cutânea 176

Mieloma múltiplo 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140

## **N**

Neurodesenvolvimento 142, 143, 145

Nutrição 5, 8, 15, 25, 44, 46, 53, 55, 115

## **O**

Ovo de galinha 71, 72, 73, 74

## **P**

Pandemia 3, 4, 6, 13, 33, 34, 35, 36, 98, 102, 154, 155, 184, 194

Plataforma 33, 35, 36, 95, 99, 144, 152, 155

Projeto 24, 25, 49, 151, 154, 155, 156, 157, 196

## Q

Qualidade de vida 3, 5, 7, 10, 32, 58, 90, 95, 102, 116, 117, 125, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 167, 173

## R

Refugiados 24, 25

Retocolite ulcerativa 167, 168, 169, 170, 174

Risco cardiovascular 37, 41, 42, 43

## S

Saúde do idoso 89, 94

Saúde Mental 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 58, 66, 69, 102, 192, 194, 195

Síndrome 7, 10, 12, 32, 61, 66, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 110, 113, 130, 133, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166

Síndrome de Burnout 96, 97, 100, 101, 102, 103

Sleeve 27, 28, 32

Sobrecarga 8, 13, 97, 98, 153

## T

Terapia biológica 167, 168, 169, 170, 173, 174

Transmissão 88, 89, 91, 176, 180, 181

Transplante de pele 176, 180, 181

Tratamento adequado 147

## U

Úlcera de Marjolin 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Universidades 24, 25, 33, 34, 46

## V

Vacinação 71, 72, 73

A medicina como elo entre a

# CIÊNCIA e a PRÁTICA

2



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022



A medicina como elo entre a

# CIÊNCIA ea PRÁTICA

2



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022